

## Editorial

Apesar de uma conjuntura desfavorável e dos choques regionais, o desempenho económico de África manteve-se sólido em 2015. O crescimento real do PIB está estimado em 3.6%, superior a 3.1% para a economia global e a 1.5% para a zona euro. África registou o segundo crescimento mais rápido da economia a nível mundial, depois da Ásia oriental. Em 2015, a África subsariana (excluindo a África do Sul) cresceu mais rapidamente do que a média continental, de 4.2%, com a África Oriental a liderar com uma taxa de 6.3%. O crescimento da África Central, do Norte de África e da África Ocidental situou-se acima de 3%, enquanto a África Setentrional cresceu a um ritmo médio de 2.2%. No futuro, o crescimento médio de África deverá manter-se moderado, já que a previsão é de um crescimento de 3.7% em 2016. Contudo, prevê-se uma aceleração para 4.5% em 2017. Esta previsão depende do vigor da economia mundial bem como da recuperação gradual dos preços das matérias-primas.

Em 2015, África beneficiou de fluxos financeiros externos totais estimados em 208 mil milhões de USD, sendo que as remessas dos emigrantes representaram o principal fluxo. Confirmando a perspetiva positiva da comunidade internacional, os governos africanos têm sido capazes de apelar aos mercados internacionais de capitais através de emissões de obrigações soberanas. No entanto, devido a tendências globais adversas e a alguns riscos específicos de cada país, as taxas de juro registaram um ligeiro aumento. O ambiente económico global está a afetar os países africanos de forma diferente. As receitas estão a cair em países ricos em recursos, enquanto os importadores de petróleo estão a beneficiar de uma inflação mais baixa, bem como de uma menor pressão sobre as contas correntes. No âmbito de condições financeiras globais mais restritivas, alguns países confrontam-se com grandes défices orçamentais.

A resiliência do crescimento de África é em parte devida a fatores internos incluindo o consumo privado, o investimento privado e o desenvolvimento de infraestruturas públicas. A médio prazo, a melhoria contínua do ambiente de negócios e a rápida expansão dos mercados regionais podem tornar-se cada vez mais novas fontes de crescimento para o continente. O aumento do comércio intrarregional, em particular, ilustra as oportunidades de crescimento que podem ser aproveitadas pelos produtores africanos para diversificar suas atividades. África também possui um potencial significativo para um crescimento demográfico impulsionado pela população jovem do continente. No entanto, para beneficiar deste potencial, os governos devem implementar e concretizar as políticas corretas.

Para que esta resiliência contribua para melhorar significativamente a vida dos africanos, os governos devem trabalhar com determinação para promover um crescimento mais rápido e mais inclusivo. Três em cada quatro africanos ainda vivem em condições de pobreza humana, em comparação com um em cada cinco à escala global. Para alcançar os objetivos de desenvolvimento fixados pelas instituições africanas e pela comunidade internacional, os países africanos devem aprofundar as reformas estruturais e regulamentares, fomentar a estabilidade macroeconómica e combater os estrangulamentos de fornecimento de energia, a fim de ultrapassar os obstáculos à transformação da economia. Juntamente com o investimento em setores sociais, estas medidas permitirão criar mais oportunidades para os jovens e para as mulheres.

A transição urbana multiforme em África e a densificação que produz oferece novas oportunidades para a melhoria do desenvolvimento económico e social, protegendo o meio ambiente. Estes podem ser melhor aproveitados para atingir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) – em particular o ODS 11 relativo a cidades e

comunidades sustentáveis – bem como os objetivos definidos pela União Africana na sua Agenda 2063. Os benefícios poderiam ser revertidos a favor dos cidadãos urbanos e rurais, desde que os governos adotem um sistema de abordagem integrada. Por exemplo, uma melhor conexão dos mercados urbanos e das economias rurais poderia aumentar a produtividade da agricultura e aumentar os rendimentos não-agrícolas. Acelerar o investimento em infraestruturas urbanas é fundamental para transformar as cidades e vilas africanas em motores de transformação estrutural a nível local, nacional e regional. A fim de aproveitar este “dividendo da urbanização”, são necessárias uma série de reformas políticas ousadas. Por exemplo, estratégias urbanas nacionais devem ser adaptadas a contextos específicos, tirar partido de instrumentos de financiamento inovadores e reforçar os esforços em curso para promover sistemas eficientes de governação multinível.

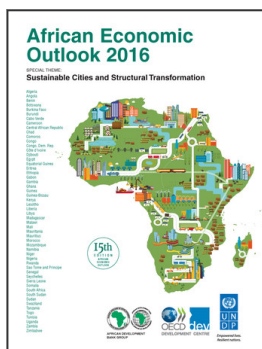
Em 2016, a posição comum africana sobre o desenvolvimento urbano e a nova agenda urbana da comunidade internacional oferecem uma oportunidade para discutir diferentes opções e começar a moldar estratégias ambiciosas para as políticas de urbanização para a transformação estrutural de África.

Esta edição marca o 15º aniversário das *Perspetivas económicas em África*, sendo nossa esperança que este relatório possa continuar a fundamentar decisões e a enriquecer o diálogo sobre o caminho a seguir para o desenvolvimento de África.

**Akinwumi Ayodeji Adesina**  
Presidente,  
Grupo Banco Africano  
de Desenvolvimento  
Abidjã

**Angel Gurría**  
Secretário-geral,  
Organização para a Cooperação  
e o Desenvolvimento Económico  
Paris

**Helen Clark**  
Administradora,  
Programa das Nações Unidas  
para o Desenvolvimento  
Nova Iorque



**From:**  
**African Economic Outlook 2016**  
Sustainable Cities and Structural Transformation

**Access the complete publication at:**  
<https://doi.org/10.1787/aeo-2016-en>

**Please cite this chapter as:**

African Development Bank/OECD/United Nations Development Programme (2016), "Editorial", in *African Economic Outlook 2016: Sustainable Cities and Structural Transformation*, OECD Publishing, Paris.

DOI: <https://doi.org/10.1787/9789264248649-2-pt>

This work is published under the responsibility of the Secretary-General of the OECD. The opinions expressed and arguments employed herein do not necessarily reflect the official views of OECD member countries.

This document and any map included herein are without prejudice to the status of or sovereignty over any territory, to the delimitation of international frontiers and boundaries and to the name of any territory, city or area.

You can copy, download or print OECD content for your own use, and you can include excerpts from OECD publications, databases and multimedia products in your own documents, presentations, blogs, websites and teaching materials, provided that suitable acknowledgment of OECD as source and copyright owner is given. All requests for public or commercial use and translation rights should be submitted to [rights@oecd.org](mailto:rights@oecd.org). Requests for permission to photocopy portions of this material for public or commercial use shall be addressed directly to the Copyright Clearance Center (CCC) at [info@copyright.com](mailto:info@copyright.com) or the Centre français d'exploitation du droit de copie (CFC) at [contact@cfcopies.com](mailto:contact@cfcopies.com).